

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

27/11/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Centrais planejam nova greve nacional no dia 5 contra reforma da Previdência

Reunidas nesta sexta-feira (24), as centrais sindicais decidiram parar no dia 5 de dezembro em protesto contra a reforma da Previdência, na véspera da data em que o governo pretende levar o projeto à votação. Segundo o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, a ideia é concentrar o movimento nas capitais. "Vamos reforçar a mobilização no setor de transportes", diz Juruna. Segundo Antonio Neto, presidente da CSB, "haverá forte resistência do movimento sindical contra a intenção do governo e do Congresso em terminar o serviço com a retirada dos poucos direitos dos trabalhadores".

Secretário de Organização da UGT, Chiquinho Pereira diz que as centrais deixaram a reunião motivadas diante da responsabilidade de mobilização. O secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, afirma que as centrais estão convocando seus sindicatos de base para que realizem suas assembleias. "O importante é lembrar que a Previdência mexe com a vida de todos, independentemente de suas categorias", acrescentou. Em nota divulgada nesta quinta, a Força classificou o novo texto da reforma como uma "Black Friday" de direitos, em referência ao evento de liquidação de preços do comércio. O presidente Michel Temer remodelou a mudança de regras para aposentadoria em um pacote mais enxuto, cujos principais pontos são a exigência de idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), 15 anos de contribuição (setor privado) e 25 anos (setor público) e limitação de até dois salários mínimos para acúmulo de pensões.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 25/11/2017

## Senadores fogem da polêmica sobre a nova Previdência

Senadores da base aliada ao governo decidiram se afastar das discussões sobre a reforma da Previdência diante das dúvidas sobre a votação do texto na Câmara dos Deputados, etapa anterior na tramitação da proposta, e da polêmica em torno do tema. Procurados pela Folha, líderes de partidos da base de Michel Temer evitam se manifestar sobre o assunto. Apesar do discurso do governo, de que a intenção é votar a medida ainda em 2017 na Câmara, parlamentares vislumbram grande dificuldade em aprovar a medida nesse prazo. São necessárias duas votações pelos deputados até o recesso de fim de ano, que começa no dia 23 de dezembro, antes que o texto siga para o Senado. O governo precisa ter o apoio de ao menos 308 dos 513 para que o texto avance para a outra Casa.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 25/11/2017

## Ala econômica recebe mal concessões para aprovar reforma da Previdência

Foi muito mal recebida pela equipe econômica a informação de que a ala política do governo está prometendo, em troca da aprovação da reforma da Previdência, concessões que representam despesas adicionais à União. Oficialmente, a decisão não chegou aos gabinetes do Ministério da Fazenda, mas bastou a divulgação pela imprensa. O clima interno é de espera e desalento, para saber como será travada mais essa batalha do ajuste fiscal. A visão interna é que passou da hora de deixar claro aos políticos que o dinheiro acabou.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 25/11/2017

## Sistema complementar derruba país em ranking de previdência

O Brasil aparece no 17º lugar num ranking que analisa 27 sistemas gerais de aposentadoria que cobrem mais de 50% da população global. Em meio ao intenso debate sobre a reforma da Previdência pública, chama a atenção que o sistema complementar –fundos de pensão explique boa parte do desempenho regular do país. Estudo da consultoria Mercer avalia que o sistema público de aposentadoria (o INSS) precisa se ajustar às projeções de envelhecimento da população, mas reconhece nele características positivas, como a proteção oferecida às camadas mais vulneráveis da população. Na comparação internacional, quem puxa o Brasil para baixo são os fundos de pensão: são pouco difundidos e, quando adotados, geram poupança muito baixa. Os fundos de pensão funcionam como planos de aposentadoria organizados por empresas com o objetivo de garantir a seus empregados um complemento ao INSS. O Brasil caiu uma posição em relação a 2016, a partir de avaliação que inclui três pontos: adequação, sustentabilidade e integridade.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 25/11/2017

## Novo texto da Previdência não vai beneficiar os trabalhadores

O Governo Federal está apostando todas as suas fichas e forças na votação da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados ainda este ano. O objetivo da equipe econômica de Michel Temer é garantir que o novo texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 seja aprovada no próximo dia 6 de dezembro pela maioria dos deputados. Na visão de especialistas, o novo texto foi produzido com objetivos políticos e não beneficia o trabalhador brasileiro, que terá que contribuir por 40 anos para ter direito à aposentadoria integral, além de cumprir a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres. De acordo com advogados e professores de Direito Previdenciário, os trabalhadores públicos, privados e rurais sairão perdendo com a Reforma da Previdência e ficarão cada mais longe do sonho da aposentadoria. E, ao contrário do que os porta-vozes da União dizem nas propagandas pela aprovação das mudanças, o segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) perderá direitos como, por exemplo, o fim da aposentadoria por tempo de contribuição. Para o professor da Universidade Federal do Paraná e autor de obras de Direito Previdenciário Marco Aurélio Serau Junior, a nova versão da reforma tem um viés mais político do que social.

Fonte: Jornal A Tribuna – 26/11/2017

# Fator e regra 85/95 acabarão extintos

Fonte: Jornal A Tribuna – 26/11/2017

■ ■ ■ Caso a nova versão da PEC seja aprovada, serão extintos, automaticamente, o fator previdenciário e a regra 85/95 para a aposentadoria integral, pois valerá a idade mínima e o tempo mínimo de contribuição estabelecidos no novo texto.

“Não haverá mais o fator, porém as aposentadorias partirão de 60% da média salarial desde 1994. O marco temporal

1994 se dá pelo início do Plano Real, sendo considerado para o INSS não ter que converter moeda, trazendo com isso prejuízo aqueles que contribuíram com maiores valores antes de tal data”, alerta o advogado Previdenciário Murilo Aith.

### PENSÕES

O advogado João Badari também entende que a manuten-

ção da regra de teto de dois salários mínimos para a acumulação de aposentadoria com a pensão por morte é contrária ao princípio contributivo-retributivo da Previdência Social.

“Isso porque toda contribuição deve ser revertida em retribuição, onde o segurado que realizou o custeio aos cofres do INSS deve ter garantido os be-

nefícios pelos quais contribuiu. Imagine, por exemplo, aquele segurado que contribuiu a vida toda pelo teto da Previdência e falece: sua mulher, se for aposentada e receber um salário mínimo, por exemplo, passará a receber apenas mais um salário mínimo. Essa proposta fere a regra essencial da Previdência e não é isonômica”, adverte o especialista.

## Servidores públicos são mais afetadas

Na visão do advogado Leandro Madureira Silva, sócio do Roberto Caldas, Mauro Menezes & Advogados, o novo texto evidencia a invenção do Governo de restringir e dificultar o acesso dos servidores públicos aos benefícios previdenciários. “A proposta traz a majoração da idade mínima da aposentadoria, condicionando os cálculos à totalidade da média e prevendo gatilhos que propaguem a elegibilidade ao benefício a requisitos incertos e obscuros”. Para Madureira, as propagandas veiculadas desde a noite do dia 22 de novembro “levam a crer que o Governo incita a população a formar um juízo de valor equivocado. Enquanto reafirma que a reforma modificará somente o benefício de uma classe privilegiada, deixa de informar que desde o ano de 2013 o serviço público federal já tem um teto máximo de benefício previdenciário idêntico ao adotado no regime de previdência dos trabalhadores que não são servidores públicos. Com isso, o que o Governo pretende é ganhar apoio da maioria da população”.

Fonte: Jornal A Tribuna – 26/11/2017